

1 **ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2023 DA COMISSÃO DE**
2 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e
3 quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos,
4 reuniu-se de forma virtual a Comissão de Orçamento e Patrimônio, sob a presidência do
5 Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva,
6 diretor de planejamento econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes
7 membros: Anderson de Souza Sant'Ana, André Martins Biancarelli, Claudio Francisco
8 Tormena, Hernandes Faustino de Carvalho, Matheus da Silva Marcheti Martins, Marisa
9 Masumi Beppu e Verónica Andrea González-López. Havendo quórum, o SENHOR
10 PRESIDENTE dá início à Primeira Sessão Extraordinária de 2023 da Comissão de Orçamento
11 e Patrimônio, realizada de forma virtual. A Ordem do Dia possui item único, Proc. nº 01-P-
12 10278/2023, que é a proposta de instituição do benefício do vale-refeição para os servidores
13 ativos da Unicamp, com a colocação de um recurso adicional. Lembra que já haviam aprovado
14 na proposta de distribuição orçamentária a previsão de sete meses para o vale-refeição, mas
15 sobre um valor de R\$36 com desconto de 20%. Depois das negociações com os conselheiros e
16 conselheiras do Consu e nas demais instâncias da Universidade, chegou-se a um resultado final
17 de uma alíquota de 5%. Então é esse diferencial, reduzir de 20% para 5%, que tem um impacto
18 para sete meses em torno de R\$7 milhões, que estarão aprovando. O valor total já havia sido
19 aprovado, o que precisam aprovar agora é a diferença que representa essa redução de 20% para
20 5% no desconto. Com esse valor terão um vale-refeição líquido de aproximadamente R\$34 para
21 cada dia trabalhado, lembrando que a sistemática de pagamento do VR é diferente da do vale-
22 alimentação. Somados o vale-refeição e o vale-alimentação, chegam a algo em torno de
23 R\$2.100 líquidos para o custeio de alimentação de funcionários e docentes, o que lhe parece
24 um valor bastante razoável. Houve a licitação na semana passada da empresa que vai prestar
25 esse serviço à Universidade, e o fato de a Unicamp fazer parte do Programa de Alimentação do
26 Trabalhador – PAT faz com que ela não possa mais adotar aquela sistemática durante a licitação
27 de ter um redutor no valor concedido, a lei proíbe. Então, no fundo, as empresas que participam
28 da licitação praticamente empatam nas propostas e acaba havendo sorteio, gerando o risco de
29 sortear uma empresa menor, que não tenha talvez a capacidade de atender com a excelência que
30 a Universidade gostaria, mas a empresa que venceu a licitação é uma grande empresa, o que
31 lhes dá uma certa tranquilidade. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que ainda não
32 possui dados detalhados dessa licitação, mas as informações iniciais foram as apresentadas pelo
33 professor Fernando. Acredita que oito empresas entraram na licitação, três ou quatro já deram
34 um valor acima do valor mínimo, então houve uma segunda rodada para o valor mínimo, para
35 ver se fechava. Algumas empresas colocaram zero, mas zero não é aceito pelo PAT, então foram
36 sendo automaticamente canceladas. Houve o sorteio e venceu uma grande empresa. Não sabe
37 o desenrolar futuro, se existe alguma possibilidade de judicialização, mas por enquanto
38 entendem que está tudo ocorrendo como deveria. Fazendo um breve histórico sobre o VR na
39 PDO, diz que se basearam em valores fornecidos por outras instituições, inclusive na USP, e
40 entraram na PDO com o valor aprovado de R\$37 milhões, com o valor de face do VR de R\$36,

1 que se mantém agora. Haviam estabelecido um desconto, que é a participação dos servidores
2 no pagamento desse VR, de 20%. E houve um aumento de 88 servidores após a rodada, porque
3 estavam considerando os trabalhadores com jornadas acima de 30 horas, que é a obrigação de
4 pagamento de VR, mas a primeira minuta veio da Reitoria já considerando jornada acima de 24
5 horas, o que gerou esse aumento de servidores, além das mudanças de folha. Após uma
6 negociação, ficou decidida a redução da participação do funcionário de 20% para 5%. Então, o
7 valor da contribuição diária que antes seria de R\$7,20 passa a R\$1,80 por dia trabalhado, o que
8 faz o ganho líquido do servidor passar a ser de R\$ 633,60 por mês, com 22 dias trabalhados,
9 para R\$752,40. Então ele já tem um avanço aqui de praticamente R\$120. Esses R\$120 a menos
10 de contribuição por servidor vão gerar, em sete meses, os R\$7,4 milhões de acréscimo na folha
11 salarial. Então, o que tratavam anteriormente como R\$37,4 milhões passa para quase R\$44,5
12 milhões. Em um ano cheio, pensando já em 2024, o VR terá um custo de praticamente R\$70
13 milhões, saindo dos R\$58,9 milhões previstos anteriormente. Lembrando que o ano cheio é
14 tratado com 11 meses, considerando as características do VR de ser concedido por dia
15 trabalhado, haver desconto de férias, licenças e tudo o que consta na minuta. Uma outra
16 negociação feita entre a Reitoria e a comunidade foi o investimento de um valor equivalente ao
17 arrecadado dos servidores nos programas da DEdIC e da Educorp, que este ano pode chegar a
18 R\$2,5 milhões. Não estão trazendo para a pauta de hoje esse valor porque conforme forem
19 arrecadando vão fazendo os cálculos equivalentes e incluindo nesses outros programas. Coloca-
20 se à disposição para esclarecimentos. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
21 LÓPEZ pergunta o que compõe o custeio dessa redução de 20% para 5%. O SENHOR
22 PRESIDENTE responde que a lei os obriga a fazer uma redução que não pode ser zero e não
23 pode ser em valores absolutos, tem de ser em percentual. A praxe no mercado é o desconto de
24 20%, que é o que haviam inicialmente colocado, mas houve um pleito, sobretudo da bancada
25 de servidores, baseado na situação econômica e especialmente no nível relativamente elevado
26 de servidores com endividamento utilizando o consignado. Como o desconto é feito em folha e
27 muitos funcionários estão no limite da margem consignável, isso os obrigaria a um
28 reposicionamento em relação ao consignado. É permitido qualquer percentual de desconto
29 acima de zero até 20%, mas é proibido pela lei um duplo benefício: os servidores terão de optar
30 entre o vale-refeição e o acesso aos restaurantes universitários, ou vai pagar tarifa cheia, não
31 vai poder ser subsidiado o restaurante universitário. Também assumiram o compromisso de
32 colocar um valor equivalente a essa contribuição de 5% em programas que beneficiam os
33 servidores, na Educorp e na DEdIC. São políticas importantes a capacitação dos servidores e o
34 trabalho da DEdIC, e com isso asseguram recursos para esses órgãos. O senhor THIAGO
35 BALDINI DA SILVA diz que pela lei o vale-refeição tem caráter de ajuda de custo para o
36 trabalhador que fará sua refeição fora de casa. Ele precisa ser pago nesse formato de benefício,
37 senão acaba caracterizando aumento salarial, o que gera impactos. O senhor MATHEUS DA
38 SILVA MARCHETTI MARTINS parabeniza a Reitoria por ter atendido a demanda da bancada
39 de servidores, é bem importante para a maioria dos servidores técnico-administrativos esse vale.
40 Pergunta como vai funcionar a questão de margem consignável para aqueles que já estão no

1 limite, pois alguns trabalhadores não possuem margem sequer para os R\$39. Pergunta se eles
2 ficariam com margem negativa, e como procederiam se esses trabalhadores precisarem solicitar
3 o fretado e o vale, se algum dos benefícios será recusado. Sobre a questão dos recursos que vão
4 ser distribuídos entre a Educorp e a DEdIC, pergunta como vai funcionar, pois hoje possuem
5 um orçamento separado para cada um dos órgãos. Hoje a Educorp tem R\$1,4 milhão
6 orçamentado e a DEdIC tem cerca de R\$1 milhão, que não consegue identificar muito bem na
7 PDO. Pergunta como será feita essa distribuição e se deixariam a Educorp e a DEdIC sem os
8 recursos orçamentários para passar a ter esse recurso do vale-refeição nos anos subsequentes e
9 a estimativa de valores. Hoje o professor Sarti falou em R\$2,5 milhões, mas suas contas deram
10 R\$3,6 milhões anuais, e gostaria de entender como seria dividido e se seria mais ou menos esse
11 valor. O SENHOR PRESIDENTE responde que essa é uma questão bastante delicada, primeiro
12 porque a lei proíbe o duplo benefício, e o que estão tendo aqui é um compromisso de que dentro
13 do orçamento vão ter sempre uma previsão de recursos para a DEdIC e para a Educorp, mas
14 sem atrelar isso ao desconto ao vale-refeição, porque a lei não permite, a PG deixou isso muito
15 claro. Seria um patamar de valor, mas que sai do orçamento da Universidade. Sobre a margem
16 do consignado, não possuem uma resposta para isso; foi feito um levantamento para saber o
17 nível, mas embora haja um número reduzido de servidores com esse problema da margem, acha
18 que essa é uma questão a ser pensada posteriormente, pois não podem segurar um benefício que
19 representa uma demanda de toda a comunidade por conta de uma questão como essa. Terão de
20 achar alguma solução, isso vai envolver o GGBS, mas não há nada ainda definido se vai ter
21 uma margem consignada negativa, porque existe um regramento para o uso do consignado. O
22 senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que entende que há muitas pessoas presas no
23 consignado, e talvez isso seja um bom motivo até para elas saírem desse enrosco, mas observa
24 que o benefício vai começar em maio, quando também há a data-base, e o reajuste abriria a
25 margem para os R\$39. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que ia
26 sugerir fazer esse levantamento junto ao GGBS de quantas são as pessoas que estão no limite,
27 para levarem amanhã para a reunião do Consu. Realmente não podem segurar o benefício em
28 razão de poucos, mas esses poucos são aqueles que mais precisam, então precisam olhar com
29 carinho para eles. Solicita confirmação se os recursos da Educorp e da DEdIC vão continuar
30 sendo orçamentários, vai haver a reserva orçamentária deles e seria um recurso complementar
31 destinado a ambos os órgãos. O SENHOR PRESIDENTE responde que o senhor Matheus tem
32 razão ao dizer que os valores aqui são superiores ao que é hoje destinado via PDO. Então, de
33 alguma maneira estão estabelecendo um piso mínimo de recursos a serem destinados para isso.
34 Só devem tomar cuidado para não atrelar uma coisa à outra, pois é apenas uma questão
35 referencial e não um recurso direto. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS
36 pergunta se vão deixar de receber e vão transferir o mesmo recurso. O SENHOR PRESIDENTE
37 diz que estão falando em alguma coisa em torno de R\$70 milhões. Se pensam em 5% em cima
38 de R\$70 milhões, estão falando em algo superior a R\$3,5 milhões que terão de decidir nas
39 instâncias como vão distribuir. Mas eles já são superiores aos recursos destinados às duas
40 esferas, tirando o investimento, então acabam colocando um patamar mínimo de recursos que

1 serão destinados anualmente a esses dois órgãos. O senhor MATHEUS DA SILVA
2 MARCHETI MARTINS pergunta se vão lançar a PDO no segundo semestre trazendo como
3 referência esse percentual mínimo de 5%. O SENHOR PRESIDENTE confirma. O senhor
4 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS pergunta se há previsão de quanto tempo leva
5 essa análise de dados até a empresa vencedora começar a emitir cartão, e depois a Universidade
6 fazer a distribuição. Os servidores têm perguntado quando o cartão chega para serem utilizados.
7 O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que a DGA está agilizando, mas após
8 fechado o pregão, a Universidade tem cinco dias úteis para encaminhar os pedidos à vencedora.
9 Existe um prazo legal para a empresa de cinco dias para devolver todas os documentos, e como
10 ela precisa fazer apresentação de garantia, normalmente as empresas costumam usar o tempo
11 máximo. Portanto, isso deve chegar no começo de maio, e pelo edital há mais um prazo para
12 ela começar a cumprir o contrato, então imaginam que os servidores recebam o cartão em 1º de
13 junho, mas houve o compromisso da Reitoria de dar o retroativo para garantir esse valor a 1º
14 de maio. Observa que, nesse caso, a cobrança já é efetuada no começo de junho, então
15 provavelmente acabem ocorrendo duas cobranças em junho se demorar para sair esse cartão,
16 mas estão verificando a melhor forma de fazer isso, para gerar menos transtorno dentro da
17 Universidade. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS faz uma sugestão de
18 tentarem colocar o valor de maio no cartão de vale-alimentação, com desconto em junho, e
19 depois entra na rodada normal. Dessa forma não acumulam os descontos, porque isso seria um
20 problema para algumas pessoas. O SENHOR PRESIDENTE diz que podem avaliar a sugestão,
21 desde que a lei permita, mas lembra que consultaram a Procuradoria do Estado se seria possível
22 trazer o VR dentro de um aditivo no VA. Nesse caso, operariam com a mesma empresa que
23 opera o VA, mas houve uma demora nessa resposta e o entendimento é que não poderiam, por
24 isso já tinham armado também o processo licitatório para o VR, que permitiu que mesmo antes
25 de estar aprovado aqui, o processo já estar encaminhado, tanto é que fizeram a licitação na
26 semana passada. Tinham um pouco de preocupação, dada a sistemática atual para o VR, de que
27 uma empresa menor vencesse, e que pela quantidade de servidores isso pudesse trazer alguns
28 transtornos para a Universidade. A boa notícia é que a vencedora é uma grande operadora do
29 mercado, o que os tranquiliza do ponto de vista da operacionalidade, inclusive da rapidez que
30 imaginam que vai ser dada ao processo. Então agora segue o trâmite normal, todo o processo
31 para haver nenhum tipo de questionamento, sobretudo do Tribunal de Contas, mas será feito
32 tudo aquilo que for possível para não haver nenhum prejuízo para os servidores, inclusive
33 porque os recursos já estão assegurados. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que já
34 estão pensando em possibilidades, como conceder o VR duplicado, colocar o valor do VR de
35 maio no VA, dar de outras formas, a única preocupação que possuem é que como é uma
36 licitação que está ocorrendo durante a mudança de lei, existe a possibilidade de abertura jurídica
37 para alguém judicializar. A própria entrada da Sodexo no VA, no passado, teve algumas
38 dificuldades em razão de pessoas que entraram com mandado de segurança. De qualquer forma,
39 mesmo que a solução seja incluir esse valor no VA, recomenda a cautela de esperar fechar todo
40 o trâmite legal. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação

1 a matéria, que é aprovada por unanimidade. Observa que esse é um ganho da comunidade e se
2 trata de uma demanda antiga, sobre a qual fica muito à vontade para se expressar, porque sempre
3 teve uma posição sobre essa questão. Ainda acha que seria muito mais fácil se estivessem
4 operando em um único instrumento que seria o vale-alimentação e não vale-refeição, até pela
5 sistemática toda, as regras que existem em torno do vale-refeição, os descontos que se colocam,
6 a dificuldade para a própria DGRH fazer todo esse controle. Poderiam ter os valores dentro do
7 vale-alimentação, que é um instrumento muito mais ágil, muito mais fácil, mas não foi esse o
8 entendimento da comunidade, pois uma parte importante dos servidores desejava o vale-
9 refeição. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da Costa, redigi a presente Ata que
10 será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio
11 do Conselho Universitário. Campinas, 24 de abril de 2023.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **159ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO**, realizada em 29 de junho de 2023, sem alterações.*